

MAXWEIDE SILVA DE ASSIS CNPJ: 57.355.410/0001-72

Endereço: Av. Professor Paulo Vieira QD: 11 LT: 01, Estrela Dalva, Jataí-GO

E-mail: maxassis2009@hotmail.com

Telefone: (64)999952107

À Juliana Paula Chaves Furquim,

Câmara Municipal de Jataí GO

Praça da Bandeira nº 96 Centro Jataí GO

Ref.: Impugnação ao Edital da Licitação 001/2025,

Modalidade Registro de Preço,

Processo nº 219/2025

Prezado(a) Senhor(a), A empresa 57.355.410 MAXWEIDE SILVA DE ASSIS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 57.355.410/0001-72, com sede na Av. Professor Paulo Vieira QD: 11 LT: 01, Estrela Dalva, Jataí-GO, por seu representante legal infra-assinado, vem, respeitosamente, com fundamento no art. 5º, §1º da Lei nº 14.133/2021, impugnar o edital da licitação em epígrafe, com abertura prevista para o dia 08/05/2025 as 09:00hs, em razão da exigência de prazo de entrega de apenas 1 (um) dia a contar do recebimento da nota de empenho, conforme disposto no item 4.1 do referido edital. Tal exigência revela-se desarrazoada e excessivamente restritiva, limitando indevidamente a competitividade do certame, em afronta aos princípios da isonomia, competitividade e interesse público que regem as contratações públicas. Embora compreendamos a necessidade de celeridade, um prazo tão exíguo compromete a viabilidade de participação de empresas que, apesar de capacitadas tecnicamente e com preços competitivos, não possuam o produto em estoque imediato ou necessitem realizar a fabricação, aquisição ou transporte dos bens objeto da licitação. Destacamos que o Tribunal de Contas da União (TCU) já se manifestou em diversas ocasiões sobre a nulidade de exigências que comprometam a competitividade, como no Acórdão nº 1.793/2011 – Plenário, em que se afirmou: "É irregular a exigência de prazos exíguos para entrega do objeto, quando não justificados tecnicamente, por restringirem indevidamente a competitividade do certame." Dessa forma, requeremos a revisão do prazo de entrega previsto no edital, sugerindo-se a ampliação para 7 (sete) dias úteis, prazo razoável e compatível com os trâmites operacionais necessários, sem prejuízo à Administração. Solicitamos, ainda, resposta formal a esta impugnação, nos termos da legislação vigente. Termos em que, Pede deferimento.